

# **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EM MARÇO DE 2020 E MARÇO E DEZEMBRO DE 2019**

**(Em Milhares de Reais)**

### **NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU era uma Empresa de Economia Mista constituída em 22 de fevereiro de 1984, através do Decreto-Lei nº 89.396, transformada em Empresa Pública em 21 de junho de 2018 após Assembleia Geral Extraordinária, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do Escritório da Companhia é Praça Procópio Ferreira nº 86 - 2º ao 5º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional desde 1º de janeiro de 2019 (Decreto nº 9.660), a CBTU ampliou o seu escopo de atuação, passando a suprir a demanda de mobilidade da população, a contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para a melhoria da qualidade de vida dos grandes centros urbanos.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrô e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

## **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

### **NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:**

#### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, que demandaria processo de reavaliação de ativos.

Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

#### **b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

#### **c) Uso de estimativa e julgamento**

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

#### **d) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

##### **I. Regime de escrituração das transações**

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

##### **II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários**

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

# **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

## **III. Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

## **IV. Almoxarifados**

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

## **V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido**

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

## **VI. Novas Normas e interpretações efetivadas a partir de 2019.**

### **• CPC 06 / R2-IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil:**

A CBTU não possui operações de Arrendamento Mercantil.

### **• IPC 22 / IFRS 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro:**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12). Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019; no entanto, a Companhia não identificou na avaliação dos tributos incertezas tributárias, tendo feito as apurações e compensações de bases de cálculos extemporâneas considerando aspectos claros da legislação. A legislação fiscal atual do Brasil, não apresenta nenhuma incerteza considerando a atividade atual, forma de apuração de prejuízos fiscais, ou bases de cálculo para apuração de Importo de Renda e Contribuição Social sobre os Lucros Líquidos, que no caso da Companhia não foram auferidos no ano em voga.

## **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

### **NOTA 03 – DISPONIBILIDADE:**

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

#### **Composição do saldo:**

	<b>Mar/20</b>	<b>Dez/19</b>
Caixa	90	73
Conta Única do Tesouro Nacional	117.716	69.623
Valores em Trânsito	9.579	3.462
Aplicações Financeiras	72.140	44.727
	<b>199.525</b>	<b>117.885</b>

### **NOTA 04 – CONTAS A RECEBER:**

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

**RFFSA** – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes.

**Créditos em Liquidação** – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação Criminal contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio

## COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

da Grande Recife, a CBTU considerando os preceitos do CPC-01, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

<b>Composição do saldo:</b>	<b>mar/2020</b>	<b>dez/2019</b>
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	1.652	1.572
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	500	542
Créditos em Liquidação	100.441	99.714
OUTRAS	6.843	439
	<b>124.304</b>	<b>117.135</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(114.572)	(114.572)
<b>Total</b>	<b>9.732</b>	<b>2.563</b>

### NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

- a) **Ativo Circulante** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Em 31 de março de 2020, a situação das Penhoras Judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

	<b>MAR/2020</b>				<b>DEZ/2019</b>			
	<b>BH</b>	<b>REC</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>BH</b>	<b>REC</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo do Exercício Anterior	253.371	116.739	5.792	375.902	234.728	109.957	5.481	350.166
Penhoras do Período	3.651	-	70	3.721	43.650	6.782	469	50.901
Recuperação de Penhoras	(8.998)	-	-	(8.998)	(25.007)	-	(158)	(25.165)
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>248.024</b>	<b>116.739</b>	<b>5.862</b>	<b>370.625</b>	<b>253.371</b>	<b>116.739</b>	<b>5.792</b>	<b>375.902</b>

**Ativo Realizável a Longo Prazo** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.

A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.

## COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

### NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

### NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR:

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

### NOTA 08 – IMOBILIZADO:

#### a) Composição do saldo:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (%)	mar/2020	dez/2019
Terrenos	-	365.204	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	648.173	644.242
Instalações	2,00 a 3,33	841.078	841.047
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.158.859	1.158.859
Veículos	20	12.236	12.236
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	71.297	70.749
Outras Imobilizações Tangíveis	10	36.813	36.558
Imobilizações em Andamento	-	1.556.895	1.559.059
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	452.318	452.318
		<b>5.142.873</b>	<b>5.140.272</b>
Depreciações Acumuladas		(1.311.747)	(1.292.562)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(1.206.191)	(1.206.192)
	<b>Total:</b>	<b>2.624.935</b>	<b>2.641.518</b>

## **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

### **b) Imobilizações em andamento:**

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser cindido para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

	<b>mar/2020</b>	<b>dez/2019</b>
Sistema de Belo Horizonte	68.011	71.833
Sistema de Recife	139.321	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	651.803	651.803
Sistema de São Paulo	554.388	554.388
Outras Obras	143.372	141.714
<b>Subtotal:</b>	<b>1.556.895</b>	<b>1.559.059</b>
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(1.206.192)	(1.206.192)
<b>Total:</b>	<b>383.513</b>	<b>385.677</b>

### **NOTA 09 – DIFERIDO:**

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD de Recife e Belo Horizonte.

Utilizando a faculdade prevista na Lei nº 11.941 de 27/05/2009 a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa amortização.

## **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

### **NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:**

Representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais movidas contra a empresa em conformidade com a legislação societária e o pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2019 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Conforme mencionado na Nota 10, a dívida da REFER foi reclassificada para provisão para contingências, e ainda é atualizada mensalmente.

<b>SALDO EM 31/12/2019</b>	3.052.974
PROVISÃO JUROS REFER	75.885
REVERSÕES POR PAGAMENTO	(50.778)
<b>SALDO EM 31/03/2020</b>	<hr/> 3.078.081

### **NOTA 11 – FINANCIAMENTOS:**

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos Sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

### **NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA**

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.



## **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

### **NOTA 13 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:**

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

Em 16 de dezembro de 2019 houve a integralização no Capital Social no valor de R\$ 1.193.616.835,52, sendo R\$ 734.256.428,86 referente aos recursos recebidos da União a título de AFAC e R\$ 459.360.406,66 de atualização da SELIC, ao longo dos anos de 2013 a 2018.

Permanece ainda o valor de R\$ 8.541.084,60 referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019. Sendo atualizado mensalmente, saldo em 31/03/2020 de R\$ 8.624.828,57.

### **NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

#### **Capital Social**

O Capital Social integralizado está representado por 18.645.502.653.478 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

#### **Reserva de Reavaliação de Bens**

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

#### **Recursos para Aumento de Capital**

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

## COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

### NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Segue abaixo o demonstrativo de Custos dos Serviços Prestados:

<b>Composição dos Custos</b>	<b>mar/2020</b>	<b>mar/2019</b>
Pessoal, Encargos e Benefícios	151.592	156.380
Concessionárias	9.767	11.078
Serviços de Terceiros	15.066	21.374
Materiais	3.243	5.690
	<b>179.668</b>	<b>194.522</b>

### NOTA 16 – RESULTADO FINANCEIRO:

Segue abaixo o demonstrativo de Receitas e Despesas Financeiras:

<b>Receitas Financeiras</b>	<b>mar/2020</b>	<b>mar/2019</b>
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	-	12.473
Juros de Aplicações Financeiras	899	332
Outras	11	17
<b>Sub-Total</b>	<b>910</b>	<b>12.822</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>mar/2020</b>	<b>mar/2019</b>
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	-	123.066
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	83.534	16.568
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	84	16.956
Outras	3	1
<b>Sub-Total</b>	<b>83.621</b>	<b>156.591</b>
<b>Total</b>	<b>82.711</b>	<b>143.769</b>

## **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

### **NOTA 17 – INDÍCES ECONÔMICOS**

Segue abaixo o demonstrativo dos Índices Econômicos:

	<b>mar/2020</b>	<b>VAR %</b>	<b>mar/2019</b>
LIQUIDEZ CORRENTE	0,20	42,86	0,14
LIQUIDEZ GERAL	0,28	64,71	0,17
SOLVENCIA GERAL	1,03	25,61	0,82
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	0,03	(83,33)	0,18
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26,65	610,67	3,75

### **NOTA 18 – EVENTOS SUBSEQUENTES – Avaliação dos impactos do COVID-19 nas operações da Cia.**

Em 16 de março de 2020, a Administração avaliou os impactos do COVID-19 (Coronavírus) nas operações da Companhia e informa que as ações que estão em curso no âmbito da CBTU acompanham e estão alinhadas às diretrizes e orientações emanadas dos órgãos centrais do Governo Federal, que lideram o processo de gestão dessa crise. Recentemente, a empresa expediu orientações de alcance interno, que delimitam a atuação dos gestores e seus empregados, visando a resguardar a saúde individual e coletiva de seus colaboradores, além de manter o funcionamento das atividades, em especial aquelas voltadas às garantias fundamentais à sociedade.

A Administração da CBTU acredita que o impacto do corona vírus na operação da empresa, provavelmente, será derivado da pandemia no cenário macroeconômico. Julgamos não haver elementos suficientes para se proceder a uma avaliação aprofundada com projeções que alcancem os impactos futuros de médio e longo prazo. Porém, não há risco de continuidade operacional, uma vez que, possível frustração de receita será subsidiada pela União com o aumento da subvenção de custeio.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2020.

**JOSÉ MARQUES DE LIMA**  
Diretor-Presidente

**RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS**  
Diretor de Administração e Finanças

**JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA**  
Contador CRC-RJ 062.918